EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2006

2ª ETAPA

DIREITO EMPRESARIAL

Peça Profissional

O Sr. Paulo Silva avalizou nota promissória emitida por seu primo Ezequiel Carvalho em favor de Marina Pedrosa. Referida nota venceu em 15 de julho de 2003, portanto, há pouco mais de 03 (três) anos, e jamais foi protestada. A Sra. Marina Pedrosa acaba de ajuizar Ação Monitória contra o emitente do título, Sr. Ezequiel Carvalho, e contra seu avalista, o Sr. Paulo Silva, com finalidade de cobrar o valor com o qual se enriqueceram às suas custas, em virtude da prescrição.

Redija a peça processual adequada a ser apresentada pelo Sr. Paulo Silva, com finalidade de evitar o pagamento do referido título.

Questões Práticas:
Direito Empresarial

1ª Questão: João, Giovani e Luciana são os únicos sócios integrantes da Pizzaria Forno de Lenha Ltda., cujo patrimônio constitui-se unicamente do estabelecimento em que funciona a pizzaria, com seu mobiliário, instalações de cozinha, etc.

João decidiu sair da sociedade, e seus dois sócios concordaram com sua intenção. O advogado contratado para orientá-los elaborou um "Contrato de Trespasse", por meio do qual João transferiria o estabelecimento empresarial a Giovani e Luciana. Comente a orientação dada pelo advogado, justificando sua resposta.

2ª Questão: O Sr. Roberto Costa possui uma Nota Promissória que lhe foi endossada por Joaquim Soares, logo após ter sido emitida por Carlos Silva e avalizada por Ricardo Souza, que não cuidou de informar no título em favor de quem foi dado o aval. Levado o título a protesto 05 (cinco) dias úteis após seu vencimento, o Sr. Roberto procura um advogado e solicita que seja ajuizada Ação de Execução contra Joaquim Soares, Carlos Silva e Ricardo Souza. Oriente o Sr. Roberto, justificando sua resposta.

3ª Questão: A sorveteria "*Ice Creamy*" funciona na rua do Ouro, bairro da Serra, em Belo Horizonte, desde 1997. Seus proprietários nunca cuidaram de registrar o título de estabelecimento ou marca "*Ice Creamy*", contentando-se com o registro da sociedade Irmãos Fratelli Ltda., efetuado na Junta Comercial à época da constituição da sociedade e montagem da sorveteria. Agora, descobriram os irmãos Fratelli que alguém abriu uma sorveteria também denominada "*Ice Creamy*", na Rua Estevão Pinto, no mesmo bairro da Serra, a apenas 03 (três) quarteirões do estabelecimento dos irmãos Fratelli. Não existe registro da marca "*Ice Creamy*" no INPI. Os irmãos Fratelli desejam impedir o uso do título "*Ice Creamy*" pela sorveteria concorrente, recentemente aberta. Emita sua opinião sobre o caso, justificando sua resposta.

4ª Questão: O Sr. Armando Kano é um devedor empresário que foi executado em função de uma dívida representada por um título de crédito (Nota Promissória), de sua emissão, em valor total de R$ 10.000,00 (dez mil reais). No prazo de 24 (vinte quatro) horas contados a partir da citação, o Sr. Armando não pagou nem nomeou bens à penhora. Ele não está preocupado, pois um primo dele, advogado, disse que esse credor não poderá requerer sua falência. Comente a orientação dada pelo primo do Sr. Armando, informando as razões pelas quais você concorda ou discorda com tal orientação.

5ª Questão: O Sr. Silvio Pompeu, próspero empresário individual estabelecido em Vespasiano, MG, veio a falecer em virtude de um acidente de carro. Era viúvo, e deixou como únicos herdeiros seus dois filhos, Thiago e João Pedro, com 08 e 12 anos respectivamente. O tutor dos menores ouviu dizer que apenas pode exercer a atividade de empresário quem estiver em pleno gozo da capacidade civil. Em razão disso, deseja encerrar as atividades do negócio promissor e rentável deixado pelo pai dos menores, pois não pretende exercer sua função de tutor de maneira contrária à lei, nem assumir o risco de que os menores venham a comprometer, com a continuidade do negócio, o patrimônio imobiliário e a reserva em dinheiro que seu pai também lhes deixou. As razões pelas quais o tutor dos menores pretende encerrar o negócio têm justificativa legal? Comente o caso.

EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2006

2ª ETAPA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Peça Profissional

O Município de Patópolis, por meio de sua Secretaria de Saúde, realizou concurso público para preenchimento de 20 cargos efetivos de médico. O concurso foi realizado durante o primeiro semestre de 2005, e homologado em agosto de 2005, com prazo de validade de 1 ano, prorrogável por mais 1 ano. Em agosto de 2006, o concurso foi prorrogado por mais 1 ano pela autoridade administrativa competente, qual seja o Prefeito de Patópolis. O Município, todavia, até hoje, nomeou apenas os 5 primeiros aprovados, na ordem de classificação do concurso.

No entanto, o candidato Mévio, aprovado em 10º lugar, descobriu, por meio de publicação no Diário Oficial, que o Município de Patópolis firmou contrato temporário com 10 médicos, em janeiro de 2006. Indignado, Mévio procurou, em setembro/06, um advogado para verificar a possibilidade de obter judicialmente sua nomeação o mais rápido possível, já que se encontra desempregado.

Tendo em vista os dados fornecidos, na condição de advogado, prepare a petição inicial da ação cabível na hipótese. O candidato deverá levar em conta, na elaboração da peça, as questões processuais atinentes à ação a ser ajuizada.

Questões Práticas:
Direito Administrativo

1ª Questão: Discorrer sobre os fenômenos da organização administrativa denominados desconcentração e descentralização, exemplificando cada um deles.

2ª Questão: Qual a diferença entre convênio administrativo e contrato administrativo? O regime jurídico da licitação se aplica a esses dois tipos de pactos administrativos? Justificar.

3ª Questão: O art. 15, § 1º, do DL 3.365/41 prevê que, para a imissão provisória do Poder Público expropriante na posse do bem imóvel, objeto de desapropriação, bastaria, por exemplo, o depósito do valor cadastral para efeito de lançamento do IPTU, mesmo que tal valor não corresponda ao valor real do imóvel. Todavia, a Constituição da República prevê, no art. 5º, XXIV, a necessidade de justa e prévia indenização para a hipótese de desapropriação por necessidade ou utilidade pública.

Então, questiona-se: Para a imissão provisória do expropriante, na posse do bem objeto da desapropriação, exige-se o depósito integral do valor real do imóvel? Ou continua válida a possibilidade de depósito do valor cadastral para efeito de lançamento do IPTU?

4ª Questão: Aponte duas limitações fiscais incidentes no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

5ª Questão: Determinado Município, ao promover licitação para contratação de serviços de limpeza, dedetização e desinsetização de prédios do Executivo, exigiu, a título de habilitação, dentre outros, a apresentação dos seguintes documentos por parte dos licitantes: alvará de vigilância sanitária; prova de quitação de contribuição sindical patronal e recolhimento de contribuição sindical; ficha de registro de empregado lançada na DRT e certidões de sindicato patronal; certidão negativa de infrações trabalhistas, expedida pelo Ministério do Trabalho. É válida e conforme a legislação a exigência de apresentação de tais documentos em licitação? Justificar a resposta.

EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2006

2ª ETAPA

DIREITO E PROCESSO PENAL

Peça Profissional

No curso de ação penal de iniciativa privada ajuizada por João Henrique contra Edmar Benson, na Comarca de Perdões/MG, pela prática dos delitos previstos nos artigos 138, 139 e 140 do CP, o querelante foi devidamente intimado para constituir novo patrono por ter o anterior renunciado aos poderes que lhe foram outorgados, deixando, no entanto, o querelante de fazê-lo por mais de trinta dias seguidos.

O advogado do querelado requereu a decretação da perempção e o juiz indeferiu a pretensão ao argumento de que a suposta omissão não poderia ser caracterizada como inércia ou desídia, pois independente de ser iniciativa privada, toda ação penal tem interesse público e deve seguir o seu trâmite até o final com o julgamento do mérito. Em face de tal decisão, atuando como advogado do querelado, elabore a petição de interposição do recurso e as razões que o acompanha com o devido e completo encaminhamento.

Questões Práticas:
Direito e Processo Penal

1ª Questão: Menelau foi preso em flagrante por tentar furtar um aparelho de mp3 de última geração, que custa no mercado cerca de R$ 800,00 (oitocentos reais). Quais outros argumentos jurídicos devem ser alegados em favor de Menelau, no pedido de liberdade provisória, além dos requisitos favoráveis de primariedade, bons antecedentes, endereço fixo e trabalho comprovado?

2ª Questão: Lineu foi condenado pelo crime de tráfico de substância entorpecente, nos termos do artigo 12 da Lei 6.368/76, por transportar 100 gramas de maconha em seu automóvel. (Desconsiderar a nova lei de tóxicos, que ainda se encontra em *vacatio legis)*. No processo, havia prova robusta de que a droga seria efetivamente comercializada. Na parte dispositiva da sentença, consta o seguinte:

"Por tudo exposto, julgo procedente o pedido de condenação e condeno Lineu nas sanções do artigo 12 da Lei 6.368/76. Atento às diretrizes do artigo 59 e 68 do Código Penal, passo à dosimetria da pena:

culpabilidade sempre intensa nos crimes desta natureza; o condenado não possui antecedentes criminais; a conduta social revela-se desregrada, a personalidade está voltada para a prática do crime, os motivos não lhe são favoráveis, as circunstâncias jamais podem ser justificadas perante o Direito e as conseqüências são gravíssimas para a coletividade, comportamento da vítima prejudicado, sem influência sobre o crime .

Fixo, portanto, a pena-base em 05 anos de reclusão e 72 dias-multa. Não existindo nenhuma circunstância agravante ou atenuante em favor do réu, nem causa especial de aumento ou de diminuição de pena, transformo a pena-base em pena definitiva (....).

Como impugnar, no Recurso de Apelação, os fundamentos invocados pelo Juiz para fixar a pena-base?

3ª Questão: Zinedine foi denunciado pela prática de homicídio duplamente qualificado (motivo fútil e surpresa). Segundo a acusação Zinedine desferiu um único tiro contra Mirôndola, sua amásia, na porta de sua casa, dominado por um feroz ataque de ciúme. Os vizinhos informam que, instantes antes, presenciaram uma violenta discussão entre os dois, na qual o autor imputava traição à vítima. Informaram, também que essas discussões tinham se tornado bastante freqüentes, nas últimas semanas, e que ouviram Zinedine ameaçá-la de morte algumas vezes. No dia fato, Mirôndola teria insinuado que "*chifre não nasce à toa na cabeça de gente*", acirrando-lhe a ira e o ciúme. O tiro foi disparado em direção ao coração da vítima, logo em seguida ao comentário. Considerando que o Tribunal de Justiça não aceita a tese de legítima defesa da honra, o que o Advogado pode sustentar em favor de Zinedine?

4ª Questão: O Ministério Público de Minas Gerais denunciou Ernemegildo pela prática do crime de maus tratos (artigo 136 do Código Penal), alegando que ele expôs a perigo a saúde de seu irmão, que se encontrava sob seus cuidados para o fim de tratamento médico, privando-o de cuidados indispensáveis. Ocorre que o Ministério Público não requereu a produção de nenhuma prova na Denúncia, limitando-se aos elementos de informação coletados na fase pré-processual. Durante a instrução, foram ouvidas apenas as testemunhas de defesa, que limitaram-se a tecer comentários favoráveis sobre a pessoa de Ernemegildo e sobre o relacionamento com o irmão. Essas testemunhas declararam nunca ter presenciado nada similar ao fato imputado. Nas alegações finais, o Promotor ratificou o pedido de condenação, sob o argumento de que havia prova inequívoca dos maus tratos. Juridicamente, como se deve contestar a existência de prova?

5ª Questão: O Ministério Público denunciou Nereu por crime de estelionato, em continuidade delitiva, porque ele emitiu diversos cheques "pré-datados", como garantia de dívida, que acabaram retornando por falta de fundos disponíveis. Apurou-se no inquérito que o acusado passava por um período de dificuldade financeira. Há justa causa para a ação penal? Justifique a resposta.

EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2006
2ª ETAPA

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

Peça Profissional

Augusto Luiz Albuquerque Ricaldoni, brasileiro, filho de Antonieta Brant de Albuquerque, residente à Rua Hebert Viana, nº 1000, Bairro dos Artistas, Sete Lagoas, Minas Gerais, CEP 45062-789, portador do CPF n. 321.333.476-00 e da CTPS n. 326623, série 001-002, foi admitido em 02/03/2004 pela empresa Magda Metalurgia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 3317027360001-01, sediada na Rua Roberto Lyra Filho, nº 3720, Bairro Juristas, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30520-890, para exercer a função de ferramenteiro, percebendo o salário mensal no valor de R$2.300,00 (dois mil e trezentos reais). A jornada de trabalho contratada foi de 08 (oito) horas diárias de segunda a sexta-feira e de 04 (quatro) horas no sábado.

Durante o contrato de trabalho, devidamente registrado em sua CTPS, recebeu regularmente seu salário, teve recolhido seu FGTS e contribuição previdenciária, recebeu diárias para viagem que nunca excederam de 50% (cinqüenta) de seu salário mensal, bem como cesta básica nos meses em que não teve nenhuma falta injustificada, por força da Convenção Coletiva da Categoria e as horas-extras que eventualmente realizava.

No dia 17/08/2006, Augusto sofreu um "ataque do coração" na sede da empresa, durante seu horário de trabalho, vindo a falecer em razão do ocorrido, lá mesmo.Todos da empresa tinham conhecimento da doença de Augusto, e ficaram bastante chateados com o fato.

Diante do falecimento de Augusto, a empresa Magda Metalurgia Ltda entra em contato com seu escritório no mesmo dia, solicitando seus serviços advocatícios, informando que gostaria de efetuar o regular pagamento dos direitos do empregado, assim como a entrega de eventuais guias que sejam necessárias, embora não saiba qual o procedimento deve ser adotado. A empresa lhe forneceu procuração e informou, ainda, que o empregado em questão nunca gozou férias na empresa, bem como que o mesmo era casado com Maria do Socorro Mendes Ricaldoni, portadora do CPF n. 236.518.456-87 e não tinha filhos, estando seus pais já falecidos.

Assim, elabore a peça processual cabível ao caso concreto, que você como Advogado(a) da reclamada, proporia em juízo. Discrimine todas as parcelas, justificando as mesmas, bem como o motivo da elaboração e protocolo da peça em questão, com seus fundamentos jurídicos .

Questões Práticas:
Direito e Processo do Trabalho

1ª Questão: Alannah Medeiros, José do Patrocínio e Luíza de Pavão trabalham na empresa Sucata Ltda, realizando idênticas funções, porém, com diferenças salariais consideráveis. Diante disso, Alannah Medeiros ingressou em juízo e obteve equiparação salarial com Luíza de Pavão, uma vez que estavam presentes todos os requisitos do art. 461 da CLT.

José do Patrocínio, ciente do ocorrido, procura seu escritório objetivando uma ação de equiparação salarial, em que Alannah Medeiros será utilizada como paradigma, uma vez que Luíza de Pavão já contava com mais de 02 anos do que ele no exercício da função. Presentes os requisitos legais para a equiparação salarial entre José do Patrocínio e Alannah Medeiros, pergunta-se: a) É viável a equiparação salarial quando o paradigma também obteve em juízo a fixação de seu salário?
b) Fundamente.

2ª Questão: Marcius Luís foi contratado pela Combustíveis Ltda, para exercer a função de frentista de posto de gasolina, percebendo para tanto a quantia mensal fixa de R$1.000,00 (hum mil reais).

O pagamento do salário, com este valor invariável, que se prestava a remunerar todos os eventuais direitos de Marcius (Salário base, periculosidade, horas-extras, etc...), era feito em moeda corrente, no local de trabalho, imediatamente após o encerramento de sua jornada e sempre no quinto dia útil subseqüente ao trabalhado, nos exatos termos do artigo 459 da CLT, lhe sendo emitido um recibo com o valor único.
a) Qual o nome atribuído pela doutrina e jurisprudência a esta modalidade de salário?
b) Qual é o entendimento jurisprudencial majoritário do TST sobre a matéria?

3ª Questão: Vera Conceição ajuizou ação trabalhista em face de sua empregadora Farmácia Lucrativa Ltda, a qual integra um grupo econômico composto por outras quatro empresas (Padaria Lucrativa Ltda, Pet Shop Lucrativa Ltda, Mercearia Lucrativa Ltda e Financeira Lucrativa Ltda), que não foram demandadas em juízo.

Em fase de execução, considerando a fraca saúde financeira da reclamada, o Juiz do Trabalho ordenou o bloqueio judicial *on line* da quantia executada na conta corrente da Financeira Lucrativa Ltda. Considerando que, embora integrante do grupo econômico, a Financeira Lucrativa não consta do título executivo judicial, foi correta a atitude do Magistrado? Aponte o fundamento jurídico de sua resposta.

4ª Questão: Em se tratando de acordo judicial homologado pelo Juiz do Trabalho em dissídios individuais e plúrimos, qual seria o procedimento processual cabível a ser proposto pelas partes, conforme preleciona a CLT? Justifique indicando o dispositivo legal.

5ª Questão: Como patrono de uma determinada reclamada, você compareceu em audiência de instrução e julgamento, acompanhado do preposto da empresa, portando uma defesa escrita com 48 (quarenta e oito) páginas, com documentos.

Frustrada a tentativa de conciliação, o MM. Juiz determinou que você realizasse a leitura de sua defesa, no prazo de 20 minutos, conforme previsto pelo artigo 847 da CLT, para que fosse registrada em ata, uma vez que a lei trabalhista não prevê a modalidade escrita de defesa.

O Magistrado deixou claro, ainda, que apenas consideraria os argumentos argüidos verbalmente dentro deste tempo, desprezando qualquer outra alegação constante do documento escrito. Existe alguma medida a ser tomada por você diante dessa situação? Qual é o fundamento legal?

EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2006

2ª ETAPA
DIREITO E PROCESSO CIVIL

Peça Profissional

José João Nicolau Bezerra, brasileiro, casado com Virgínia das Chagas Bezerra, e pai de dois filhos maiores, João Gilberto Chagas Bezerra e José João Nicolau Bezerra Júnior, ajuizou, em 16 de maio de 2006, perante a 27.ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, ação de rescisão de contrato particular de promessa de compra-e-venda de imóvel c/c cobrança, em face de Joaquim Ribeiro Chagas Leite, brasileiro, solteiro, comerciante.

Narrou o autor, na petição inicial, que celebrou contrato de promessa de compra-e-venda de imóvel, em 20 de novembro de 2005, referente ao imóvel constituído pelo lote n. 13, da quadra 17, do Bairro Vista Alegre, em Belo Horizonte/MG, pelo preço certo de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a ser pago em 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira na data de assinatura do contrato.

O autor ainda narrou que o réu descumpriu duas cláusulas contratuais: a cláusula quarta, que previa a obrigação do promitente vendedor de quitar, até 20 de janeiro de 2006, todas as obrigações fiscais relativas ao imóvel até a data da celebração do contrato; e a cláusula décima primeira, a qual previa que, no dia 20 de dezembro de 2005, quando a posse do imóvel seria transferida ao comprador, aquele deveria estar deveria estar completamente cercado.

Para comprovar suas alegações, o autor anexou à petição inicial: a) certidão emitida pelo Município de Belo Horizonte em 1.º de fevereiro de 2006 comprovando haver débitos de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) do exercício 2004 relativos ao imóvel, b) recibo de entrega do imóvel no qual não se faz referência à existência de cercas; c) fotos do imóvel demonstrando que o imóvel não se encontra totalmente cercado.

O autor requereu a procedência do pedido para declarar rescindido o contrato de promessa de compra-e-venda e a conseqüentemente condenar o réu a restituir o valor atualizado das parcelas quitadas, acrescido da multa rescisória calculado no montante de 50% (cinqüenta por cento) do valor do preço do imóvel, conforme previsão na cláusula décima quinta do contrato.

O autor pugnou, por fim, pela produção de prova exclusivamente documental já anexada a petição inicial, suficiente para comprovar a hipótese de descumprimento contratual.

O réu, citado, apresentou contestação. Argüiu, preliminarmente, sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo da demanda, haja vista que quem firmou contrato com o autor e quem figura no cartório do registro de imóveis como proprietária do imóvel é *Kelsen Logística Ltda.*, empresa da qual o réu é sócio-gerente com 90% das cotas.

Quanto ao mérito, relativamente ao alegado descumprimento do dever contratual de quitar débito tributários passados, alegou o réu a exceção de contrato não cumprido, haja vista o que autor quitou a segunda e terceira parcelas do preço apenas em 23 de fevereiro de 2006, sendo que quarta e última parcela ainda não foi quitada. Além disso, comprovou o réu o pagamento do débito do IPTU relativo ao ano de 2004, ocorrido no dia 24 de fevereiro de 2006.

No que se refere à segunda questão de mérito, negou o réu o fato afirmado pelo autor na petição inicial. Alegou, em defesa, que na data em que o autor recebeu a posse do terreno o mesmo se encontrava devidamente cercado. Afirmou também que se não houvesse cerca no imóvel o autor teria se recusado a recebê-lo ou mesmo lançado ressalva no recibo de entrega. Alegou, por fim, que a retirada da cerca por terceiros ocorreu posteriormente a tal data e deveu-se a culpa exclusiva do autor por não zelar pela vigilância do bem imóvel, expondo-o a invasões e depredações.

Ainda em sede de contestação, o réu requereu depoimento pessoal do autor e a produção de prova testemunhal para comprovar que o terreno se encontrava totalmente cercado em 20 de dezembro de 2005, e que a cerca foi suprimida após a transferência da posse ao autor.

O autor, intimado a manifestar-se sobre a preliminar, fez referência aos recibos de pagamento das parcelas já juntados aos autos nos quais o réu, Joaquim Ribeiro Chagas, em nome próprio, dava quitação pelas duas primeiras parcelas quitadas.

O juiz titular da 27.ª Vara Cível, em seguida, acolhendo a preliminar suscitada pelo réu, extinguiu o processo sem julgamento do mérito face à ilegitimidade passiva réu.

Apenas dois dias após publicada a sentença, o autor veio a falecer.

Ainda antes da abertura do inventário, e para que não houvesse perda de prazo, o filho do autor, João Gilberto Chagas Bezerra, interpôs recurso em nome próprio, na condição de herdeiro, requerendo o provimento do recurso para: a) afastar a ilegitimidade passiva do réu, haja vista que este, de fato, foi quem contratou a venda do imóvel; e b) apreciar imediatamente o mérito da demanda, uma vez que a causa encontra-se devidamente instruída, e, assim, julgar procedente integralmente os pedidos formulados na petição inicial.

Não obstante o recurso tenha sido interposto no último dia do prazo, o recolhimento das custas ocorreu 72 (setenta e duas) horas após.

A parte recorrida foi intimada para apresentar contra-razões ao recurso interposto.

Redija a petição de contra-razões ao recurso interposto abordando todas as questões passíveis de serem apreciadas pelo órgão jurisdicional “ad quem” no momento do julgamento do recurso.

Questões Práticas:
Direito e Processo Civil

1ª Questão: Tommaso, ao fugir de assalto em sinal de trânsito, atropela Federico que acaba falecendo. Tommaso foi absolvido da ação penal por ter agido em estado de necessidade. Federico deixou dois filhos menores, Gianluca e Matteo, que dele dependiam para prover-lhes o sustento. Como Tommaso possui boa condição financeira, pergunta-se se Gianluca e Matteo poderiam ajuizar ação indenizatória cível contra ele pleiteando alimentos.

2ª Questão: Cesare, empresário de sucesso detentor de grande patrimônio foi interditado judicialmente, por ter sido acometido por grave enfermidade mental, que o privou da capacidade de manifestar sua vontade. Vicenzo, irmão de Cesare, é advogado em início de carreira e seus rendimentos mal lhe garantem o sustento. Por ser o único parente vivo de Cesare, foi nomeado seu curador. Em determinado dia, em que Vicenzo levava Cesare ao hospital psiquiátrico para exames de rotina, Cesare foi acometido por um surto agressivo o que fez com que Vicenzo perdesse o controle do veículo de Cesare e causasse um acidente com outros três veículos. De quem será a responsabilidade civil pelo acidente?

3ª Questão: Giorgio contratou Francesco, corretor de imóveis, para intermediar-lhe a negociação de um imóvel residencial na cidade de Nova Lima. Francesco angariou uma série de possíveis clientes. Dentre eles, Lamberto. Antes da conclusão do negócio, Francesco foi dispensado por Giorgio sem justa causa. Algum tempo depois Giorgio e Lamberto assinaram contrato de promessa de compra e venda do referido imóvel. A escritura pública, porém, não chegou a ser assinada porque o imóvel foi desapropriado pela Prefeitura Municipal respectiva. Pergunta-se se Francesco teria direito à comissão de corretagem.

4ª Questão: Giovanna celebrou com o Banco Amigo S/A contrato de financiamento para aquisição de veículo automotor. Ficou estipulado no contrato que o preço do veículo seria pago em 24 (vinte e quatro) prestações mensais de R$ 2.000,00 (dois mil reais). A cláusula penal contratual previa a perda das prestações pagas a título de indenização, no caso de descumprimento do contrato. Após 10 (dez) meses da celebração do contrato, Giovanna ficou desempregada, o que impossibilitou que Giovanna prosseguisse com o cumprimento do contrato nos termos originariamente avençados. Que ação você ajuizaria na defesa dos interesses de Giovanna. Quais seriam os fundamentos de fato e de direito do seu pedido?

5ª Questão: Brunella celebrou com Assunta contrato de locação de imóvel residencial urbano para uso próprio pelo período de 36 (trinta e seis) meses. Giulietta, sua amiga, foi fiadora do contrato e renunciou ao benefício de ordem. Brunella enfrentou dificuldades financeiras e pagou apenas 10 (dez) das 36 (trinta e seis) parcelas devidas. Com o término do contrato em 21 de abril de 2004, Assunta resolveu cobrar de Giulietta o valor devido, porém, verificou que Giulietta havia falecido tendo deixado como herdeiros Pierluigi e Paolo, seus filhos. Para resguardar seus direitos Assunta resolveu interpelar judicialmente os herdeiros de Giulietta. Porém, devido a dificuldades na localização dos herdeiros, Pierluigi só foi citado em 21 de fevereiro de 2007 e Paolo em 21 de julho de 2007, data em que o vasto patrimônio de Giulietta já havia sido partilhado judicialmente. Em 22 de julho de 2007 Assunta decidiu propor a respectiva ação de cobrança. Pergunta-se de quem é a legitimidade processual passiva e qual deve ser o objeto da ação.

EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2006

2ª ETAPA
DIREITO TRIBUTÁRIO

Peça Profissional

Empresa de internet a cabo sediada em Juiz de Fora celebra contrato com companhia energética que atende a todo o território estadual, sediada em Belo Horizonte, tendo por objeto a utilização remunerada, para a passagem dos seus cabos, dos postes que a companhia energética detém naquela primeira cidade.

O Município de Belo Horizonte autua a companhia energética para exigir-lhe o ISS sobre as receitas auferidas com o referido contrato, aos fundamentos de que decorrem de serviço tributável, previsto no item 3.04 da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e reproduzido na legislação municipal, e de que é competente para a exigência do imposto, visto que o estabelecimento prestador (i.e., a companhia energética) se localiza em seu território.

Impugnado, o débito foi confirmado na esfera administrativa e executado.

Elabore a inicial dos respectivos embargos.

Questões Práticas:
Direito Tributário

1ª Questão: Joaquim e Manoel são titulares, cada um, de 50% das cotas de Sociedade X, que dirigem em conjunto. Por meio de um mesmo contrato, alienam a totalidade de suas cotas, respectivamente, para Maria e Tereza. Três meses depois, o Fisco estadual descobre que não houve pagamento, pela Sociedade X, do ICMS declarado no oitavo mês anterior à venda das cotas. Contra quem deve dirigir a cobrança, sabendo-se que todas as pessoas citadas continuam exercendo atividades econômicas?

2ª Questão: Sebastiana Quebra-Galho, após a morte de sua patroa, recebe a título de legado a casa onde serviu por vinte anos, na qual continua a residir, sobrevivendo de faxinas para a vizinhança. No ano seguinte, recebe a guia de pagamento do IPTU, no valor de R$ 10.000,00 (base de cálculo = R$ 1.000.000,00 e alíquota = 1%). Aturdida, comparece à Prefeitura e alega total incapacidade de recolher tal montante, clamando pela exoneração do dever. A sua reclamação é reduzida a escrito por um servidor sensibilizado pelo seu drama e processada como impugnação ao lançamento. O seu pedido é procedente?

3ª Questão: A lei estadual eleva a alíquota do ICMS de 17% para 18%, vinculando a receita decorrente desta majoração à construção de casas populares. *Incauta S/A*, do ramo varejista, paga o valor majorado entre janeiro 1997 e setembro de 2000, quando o STF, em recurso extraordinário aviado por outro contribuinte, declara a invalidade do diploma, por ofensa ao art. 167, IV, da Constituição. Em dezembro de 2000, *Incauta S/A* formula pedido administrativo de repetição das quantias indevidamente recolhidas a esse título. O requerimento é definitivamente negado pela Secretaria de Estado da Fazenda em novembro de 2004, ao argumento de que a decisão do STF, tendo sido tomada no controle difuso, não tem caráter vinculante. Pergunta-se:
a) há ainda, no dia de hoje, possibilidade de adoção de alguma medida judicial? Qual?
b) em caso de resposta afirmativa à questão anterior, a ação merece ser julgada procedente?

4ª Questão: Para custear a atuação da autarquia federal de fiscalização ambiental, o Legislativo cria taxa de polícia com as seguintes características:
a) fato gerador: o exercício, pela pessoa física ou jurídica, de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, definidas em decreto presidencial;
b) valor: R$ 3.000,00 por contribuinte, com descontos de 50% para as empresas de pequeno porte, 90% para as microempresas e 95% para as pessoas físicas.
O tributo é válido?

5ª Questão: Lei estadual publicada em 20.11.2005, com artigo final prevendo a sua imediata entrada em vigor, altera a tabela de avaliação de veículos automotores para fim de incidência do IPVA e eleva a sua alíquota de 1% para 2%.

Por força da nova tabela, o automóvel de Francisco, que estava mesmo subavaliado até então, recebeu avaliação compatível com o mercado, passando de R$ 15.000,00 para R$ 45.000,00.

Quanto deverá ele recolher de IPVA relativamente a 2006, sabendo-se que o fato gerador do imposto ocorre a cada 1º de janeiro?